

COLÉGIO SÃO LUÍS

**ENSINO MÉDIO
CURSO DE METODOLOGIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

MANUELA ARANTES DE MENEZES CÔRTEZ

**São Paulo
2025**

2025
Manuela Arantes de Menezes Côrtes

A guerra civil do Mianmar

Artigo apresentado como requisito de aprovação em “Estudos e Pesquisas Supervisionados”, na 2ª série do EM do Colégio São Luís

Orientador: Prof. Juliano Custódio Sobrinho, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

São Paulo
2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos jovens brasileiros Luckas Viana dos Santos e Phelipe de Moura Ferreira, que foram vítimas de tráfico humano no Mianmar. A história deles me marcou profundamente e foi o que me inspirou a pesquisar e entender mais sobre o conflito no país.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao meu orientador, professor Juliano, por todo o apoio e paciência durante o desenvolvimento deste trabalho. Como professor de História, suas aulas e reflexões foram fundamentais para que eu compreendesse conceitos importantes, como o nacionalismo e colonialismo, que contribuíram muito para a construção deste projeto.

Estendo minha gratidão ao Colégio São Luís, por ter nos proporcionado a oportunidade de realizar este projeto, que nos ensinou sobre autoria, pensamento crítico e responsabilidade acadêmica, aprendizados que certamente abrirão portas e facilitarão o desenvolvimento de trabalhos no futuro.

Agradeço também aos meus amigos, que foram mais que essenciais, as melhores amizades que eu poderia pedir. Entre essas pessoas especiais, há alguém que admiro muito e me inspira todos os dias. Por fim, agradeço de todo o coração à minha família, por ter me dado todas as oportunidades e por sempre me apoiar. E, acima de tudo, agradeço a Jesus. Sei que não sou a pessoa mais perfeita nem a mais constante na fé, mesmo assim, ele sempre ouviu minhas orações e me acolheu.

*“A paz não é apenas a ausência de guerra, mas a presença de justiça” – Albert
Einstein*

RESUMO

A pesquisa desse trabalho de conclusão de curso busca investigar os impactos da guerra civil de 2021 para o Mianmar. As principais referências externas utilizadas foram: Vitória Salgado (2022), Roger Lee Huang (2016), Yang Yang, Zhiyi Yin, Sen Lei e Xiaohong Cun (2016). A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a revisão bibliográfica, sobretudo analisando as consequências tanto políticas quanto sociais da Guerra. Pode-se concluir que a Guerra civil gerou queda na economia, êxodo populacional, tráfico humano e disputas internas por questões étnico-ideológicas.

Palavras-chave: Guerra Civil; Mianmar; Conflitos étnicos

ABSTRACT

Résumé, Resumen, Riassunto ou Zusammenfassung:

The research for this final project aims to investigate the impacts of the 2021 civil war on Myanmar. The main external references used were: Vitória Salgado (2022), Roger Lee Huang (2016), Yang Yang, Zhiyi Yin, Sen Lei, and Xiaohong Cun (2016). The methodology used to carry out the work was a literature review, particularly analyzing the political and social consequences of the war. It can be concluded that the civil war led to an economic decline, population exodus, human trafficking, and internal disputes over ethnic and ideological issues.

Keywords, Mots-clès e Palabras clave: Civil War; Myanmar; Ethnic Conflicts

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos grupos étnicos do Mianmar por região

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA COLONIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO	14
3. DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA À GUERRA CIVIL: 2010-2021	19
4. CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO ARMADO	23
5. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

Mianmar, país formado em 4 de janeiro de 1948, localizado no Sudeste da Ásia, faz fronteira com China, Laos, Tailândia, Bangladesh e Índia, tem uma história intensa repleta de muita tensão. Por cem anos, Mianmar fez parte da colônia indiana que era território britânico, e com muita pressão conseguiu se conciliar como um país independente. Atualmente, Mianmar enfrenta uma persistente guerra civil desde 2021.

Com isso, a análise da guerra civil do Mianmar se embasará nas implicações de teor étnico, social e violento, além da disputa de poder político. O conflito interno do Mianmar deu início no processo de independência, quando o país, que anteriormente era conhecido como Birmânia, se desanexou da colônia britânica em 1948. Com a criação do Estado Nação, o povo se divergiu entre 135 grupos étnicos, o que implicou a atual guerra, pois começaram a ter perseguições de grupos por serem de uma certa região, ou religião. Com o passar dos anos, se concretizou em principais oito grupos étnicos, em que a massa, cerca de 70% do país, segundo Salgado (2021) o “Golpe Militar em Mianmar e os conflitos étnico-religiosos”, segue a religião budista, e segregou do centro da Nação, toda a minoria.

Durante o regime militar, a população civil esteve privada do direito ao voto e da participação política efetiva. O poder encontrava-se concentrado nas mãos dos militares, que controlavam o governo e restringiam qualquer forma de representatividade democrática. A Constituição promulgada em 2008 representou um marco institucional ao formalizar o direito ao voto civil, contudo, manteve dispositivos que asseguravam significativa influência e privilégios aos militares na estrutura política do país. A ideia era dar uma falsa sensação democrática, para acalmar a população e o regime autoritário se manter. Em 2011, o país entrou na transição democrática quando pela primeira vez foi eleito um político pelo povo, porém essa transição foi rompida em 2021 com um golpe militar.

Em primeiro de fevereiro de 2021, foi aplicado o golpe militar sobre a conselheira Aung San Suu Kyi, e o presidente Win Myint, que foram detidos pelo exército do Mianmar, colocando no poder o general sênior Min Aung Hlaing. Após esse golpe a situação política do país se deteriorou ainda mais. Como citado anteriormente, existe uma divisão étnica muito grande na Nação, e com o golpe militar,

o conflito interno se agravou ainda mais, pois além das perseguições étnicas, começaram a ter perseguições políticas. Segundo a escritora do artigo científico, Golpe militar em Mianmar e os conflitos étnico - religiosos, Salgado (2022), a centralização do poder nas mãos do exército, foi um dos principais fatores para a perpetuação do conflito. Salgado diz que o exército não só desempenha um papel de controle político, mas ele agravou as divisões étnicas e religiosas, piorando a marginalização.

Atualmente, o território de Mianmar enfrenta uma crise econômica, sanitária e política, causada pelos impactos do governo autoritário, como a concentração de riquezas, controle militar da economia e a restrição do crescimento econômico. Além do mais, a pandemia gerou efeitos negativos ao redor do mundo todo, e que aflorou a crise no país. Essa depressão econômica prejudicou toda a população, levando a pobreza metade de todo seu povo, levando cerca de 55 milhões de pessoas a viver abaixo da linha da pobreza (SALGADO, 2021, p.14). Com a pobreza vem as necessidades, deixando qualquer pessoa mais propícia a cair em golpes e ciladas, e um exemplo de um problema sério atual que o país enfrenta, e que muitas pessoas têm caído, é o tráfico humano, que geralmente começa de uma maneira com que a vítima não percebe o perigo que está correndo, como por exemplo uma mensagem de uma empresa propondo uma vaga de emprego que paga bem.

Contudo, pode se compreender que o estudo da guerra civil do Mianmar é fundamental para entender como os contextos históricos, políticos, religiosos, étnicos e econômicos são fatores de ação para uma das maiores crises humanitárias. E que o colapso socioeconômico não só revela a fragilidade das instituições democráticas no país, mas também o modo como regimes autoritários manipulam tudo e a todos para se privilegiar e manter-se no poder.

Em específico, o objetivo que será foco de pesquisa desse texto é a guerra civil do Mianmar e os seus desdobramentos. Para que se compreenda os aspectos e as causas, de maneira geral, que acabaram implicando e motivando o conflito em questão, com ênfase nas causas históricas, políticas, econômicas e sociais, esse trabalho se embasará em pesquisas acadêmicas e dados institucionais. A partir desse tema, é possível uma análise profunda sobre a deplorável situação do Mianmar fazendo conexão também com a geopolítica da atualidade e a maneira com que o mundo dividido entre diferentes visões, sendo elas muitas vezes desiguais e que focam em regiões de maior influência global, como os EUA, deixando países com

menor potencial mundial de lado, como vemos nesse caso. Além disso, nesse projeto também será analisado as consequências desse processo para a formação do Estado Nação, especialmente no que diz respeito às relações entre as diferentes etnias e as políticas de segregação religiosa.

Este trabalho tem como questão-problema principal, “Quais os impactos da Guerra Civil de 2021 para Mianmar?”. A partir dessa questão central, foram surgindo outras problemáticas para compreender a complexidade do cenário atual. Entre elas, se destacam as seguintes, os principais fatores políticos, étnicos e econômicos que contribuem para a continuidade do conflito do Mianmar, os efeitos do golpe militar de 2021 sobre a resistência civil e os enfrentamentos entre grupos étnicos, os impactos sociais na população, como consequência da instabilidade do conflito e a relação entre a crise economia e o tráfico humano presente no Mianmar.

O objetivo principal deste trabalho é compreender os impactos da Guerra Civil de 2021 para Mianmar, em que dentre as consequências severas estão, pobreza, violência e instabilidade social. Esse projeto incluirá em sua metodologia uma pesquisa qualitativa para avaliar os aspectos históricos, políticos, étnico-religiosos, econômicos, que levaram o Mianmar a enfrentar uma persistente guerra civil, tendo uma perspectiva sócio-histórica da situação. A produção do projeto será baseada em levantamentos bibliográficos, como a análise de fontes secundárias, como artigos científicos e livros de especialistas no assunto como por exemplo as autoras Vitória Totti Salgado e Liz Carolina Simões.

O primeiro capítulo desse trabalho tem como objetivo apresentar um panorama histórico do Mianmar, desde o período colonial até o processo de independência e a construção de um Estado Nação. Serão abordadas as dinâmicas políticas e sociais que marcaram o período pós-independência, com destaque para os desafios enfrentados na unificação de um país etnicamente diverso e historicamente fragmentado.

O segundo capítulo terá como foco uma análise das principais causas que levaram ao desencadeamento e à persistência da guerra civil do Mianmar de 2021. A partir dessa abordagem, serão examinados os fatores políticos, sociais, econômicos, e étnico-religiosos, que contribuíram para a fragmentação do país, e o agravamento do conflito interno. Além de discutir o papel das forças armadas no país, como por exemplo o golpe militar de 2021, ocasionando uma ruptura democrática.

O terceiro capítulo abordará as principais consequências sociais, políticas e econômicas provocadas pela guerra civil do Mianmar. Dentre os impactos mais significativos estão a intensificação da pobreza, instabilidade política, deslocamento forçado de milhares de pessoas e a grave crise humanitária enfrentada por grupos étnicos marginalizados, como os Rohingya. Este capítulo também analisará como o prolongamento do conflito interno tem aprofundado desigualdades estruturais, alimentando redes de tráfico humano, como a fábrica de fraudes KK Park.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA COLONIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO

Previamente, é preciso que haja um bom entendimento de certos conceitos para que tenha um bom entendimento do tema desse projeto, como: O que é uma guerra civil. De acordo com Carbó, Nasi, Tobón e Lair (2003, p. 2):

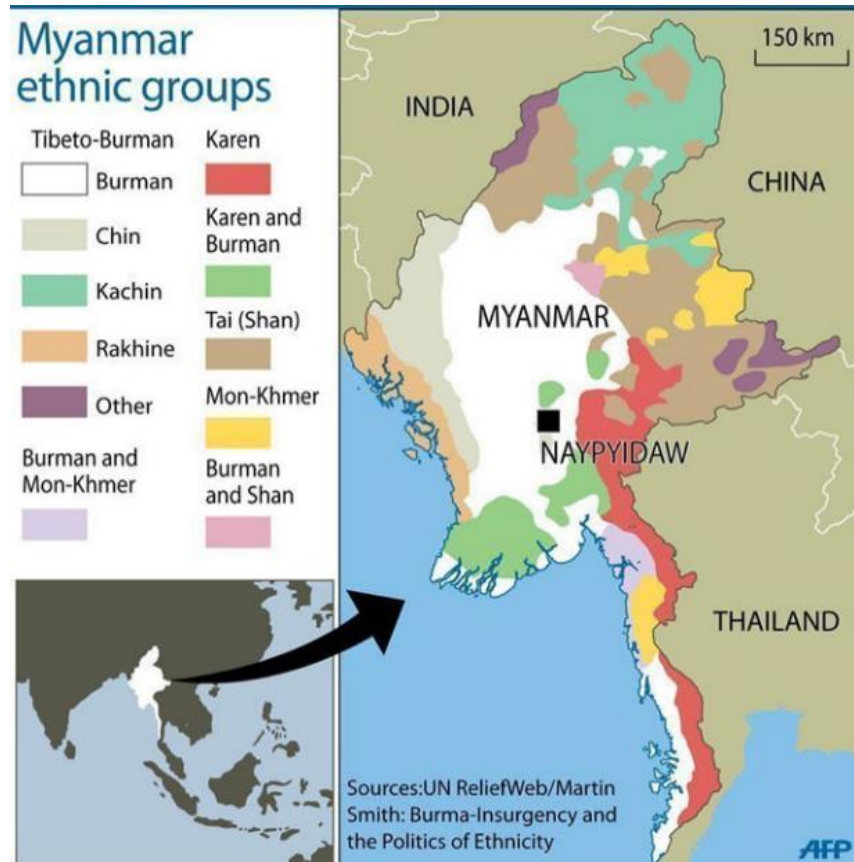
Que implicações políticas podem haver em classificar a situação no país como uma guerra civil, especificamente em termos de seu confronto e resolução? Se um equívoco for aceito, o diagnóstico estará incorreto e, portanto, as soluções sugeridas podem não ser apropriadas. Isso já representa um sério problema político. Observe, por exemplo, algumas de suas implicações em contextos de negociação. Propor um processo de reconciliação social em massa — digamos, em uma comunidade dividida por razões étnicas ou religiosas — não é o mesmo que propor negociações com grupos armados ilegais com representação social limitada.

A história do Mianmar é formada por uma intensa complexidade étnica, religiosa e política, cuja formação como Estado Nação carrega marcas do colonialismo e sucessivos regimes autoritários. País formado em 4 de janeiro de 1948, localizado no Sudeste da Ásia, faz fronteira com China, Laos, Tailândia, Bangladesh e Índia, possui uma das maiores diversidades étnicas do mundo, com mais de cento e trinta e cinco grupos étnicos reconhecidos oficialmente, segundo Salgado (2022, p.10):

Mianmar reconhece, oficialmente, mais de 135 grupos étnicos, agrupados arbitrariamente em 8 grandes “raças nacionais”, quais sejam kachin, kayah, kayin, chin, bamar, mon, rakhine e dhan (EMBASSY OF MYANMAR, [2022]). Segundo o censo demográfico realizado em 2014, cerca de 68% da população se identifica como bamar ou burman (birmanês, em tradução para o português), 9% shan, 7% karen, 4% rakhine, 3% chineses, 2% indianos, 2% mon, e as demais etnias representam cerca de 5% (CIA, 2022). Quanto à religião, a esmagadora maioria da população segue o budismo (89%), seguido do cristianismo (4%), do islamismo (4%) e do animismo (1%) (WARZONE INITIATIVES, 2015).

Desde suas origens, essa pluralidade se mostrou tanto uma riqueza cultural como um desafio político. A formação do país passou por fases de intensos conflitos e tentativas fracassadas de unificação sob uma identidade comum, o que resultou em constantes disputas internas que arrastaram até o presente.

Figura 1 - Mapa dos grupos étnicos do Mianmar por região



Fonte: Mapa Mundi (adaptado pelo autor)

Disponível original em: <https://mapamundi.org.br/2019/estudo-myanmar-birmania/>

A civilização birmanesa se desenvolveu da Cordilheira do Himalaia, então, por volta do século 11, anos 1001-1100, ocorreu a unificação do território, pela etnia Bamar, constituída pelo reino de Bagan, que foi um importante império na Ásia. Este império se desenvolveu durante o século 16, anos 1501-1600, sob o comando do Rei Bayinnaung da linhagem Toungoo, e durante o século 18, anos 1701-1800, com o rei Alaungpaya, fundador da dinastia Konbaung, sendo assim o último monarca a governar o território birmanês.

Apesar da centralização promovida pelos reinos Birmaneses, o território sempre foi caracterizado por uma ampla diversidade étnica e cultural. Diversos grupos mantinham seus próprios sistemas de organização política e social, e viviam sob própria autonomia em regiões montanhosas e periféricas. Com isso a autoridade do rei não era tão eficiente nessas áreas, resultando em uma estrutura imperial desunida, sendo esse o início de uma fragmentação social encontrada atualmente no país. Ainda assim, o poder central buscava impor elementos culturais, como por exemplo o Budismo, como forma de unificação, que acabava gerando tensões entre

comunidades que seguiam outras religiões. Esse padrão assimétrico na sociedade se tornou mais evidente com a chegada dos colonizadores britânicos no século 19.

Com a chegada dos britânicos, em 1886, foram impostas suas culturas, valores e modo de produção, e então, a Birmânia passou a ser comandada por uma pequena elite europeia, que tinha negócios como extração de petróleo, produção de arroz e madeiras. Com o comércio crescendo, houve uma onda de imigrantes chineses e indianos, que tomaram o lugar de trabalhadores birmaneses. Os birmaneses, fazendo parte da base da pirâmide social, se afastaram dos maiores centros e se tornaram servos em seu próprio país. O Estado se tornou laico, a liderança budista foi eliminada e perdeu seu papel como elemento de regulação da sociedade. Os líderes budistas deixaram de ser os educadores das elites locais, assim perdendo espaço, porém, não deixaram de influenciar a sociedade. Segundo Ribeiro (2012 p.21):

A imigração indiana para a Birmânia fez com que cidades como Rangoon, a nova capital mercantil, fosse o porto que mais atraía imigrantes no mundo na década de 1920, superando Nova York e tornando os birmaneses étnicos em "minorias" na capital. O contato com os Indianos provocou uma série de choques culturais e sociais. Havia estranhamento quanto à sociedade de castas, somado à migração massiva em Rangoon e à penetração econômica dos indianos no setor financeiro. (THANT MYINT-U, 2011, p. 19)

Nas décadas que se passaram em relação à consolidação do domínio britânico sobre a Birmânia, a sociedade birmanesa passou por profundas transformações. O controle colonial desestruturou antigas formas de poder local e acentuou divisões étnicas e religiosas, como citadas anteriormente, especialmente ao favorecer certas minorias nos cargos administrativos e militares, que eram os europeus e indianos, enquanto marginalizava a maioria Bamar. Segundo Nobre (2017 p.11):

Os indianos tornaram-se alvo do crescente movimento nacionalista de birmanês. Uma música popular da década de 1930 tinha letras dizendo que os indianos estavam “explorando nossos recursos econômicos e se aproveitando de nossas mulheres, corremos o perigo de extinção racial” - surpreendentemente semelhante aos termos em que a agenda nacionalista atual está emoldurada.

Com o início da Segunda Guerra Mundial o sudeste asiático tornou-se um ponto estratégico disputado pelas potências do Eixo e dos Aliados. A fragilidade britânica ficou evidente após a rápida expansão do Japão na região, incluindo a invasão da Birmânia em 1942, o que abalou o prestígio e o controle dos britânicos. Foi nesse cenário de enfraquecimento colonial e avanço das potências do Eixo que os

nacionalistas birmaneses, liderados por Aung San, viram uma oportunidade para buscar a independência. Inicialmente, Aung San e o recém-formado Exército Nacional Birmanês se aliaram aos japoneses, pois acreditavam que eles os ajudariam a expulsar os britânicos.

No entanto, diante da brutalidade do regime japonês e da decepção com a ausência de uma real autonomia, Aung San rompeu a aliança e passou a colaborar com os Aliados em 1945. Essa mudança de estratégia foi decisiva para que, com o fim da guerra, os britânicos negociassem a independência do país, que ainda assim, o novo Estado estaria cercado de tensões internas, sem um pacto nacional que assegurasse a coesão entre os múltiplos grupos que habitavam o território.

No dia 4 de janeiro de 1948, ocorreu a independência da Birmânia, colocado fim a quase 6 décadas do colonialismo britânico. A Constituição de 1947, embora tivesse como base a tentativa de unificar os diferentes povos, não foi suficiente para conter os anseios separatistas de diversas etnias que passaram a exigir maior autonomia ou até mesmo separação do país. Além disso, o assassinato de Aung San, principal liderança da luta pela independência e figura respeitada por muitos grupos étnicos, apenas seis meses antes da proclamação agravou a sensação de incerteza política. A partir daí, o novo governo enfrentou uma série de revoltas armadas, tanto de comunistas quanto de grupos étnicos, revelando a dificuldade em consolidar um Estado nacional coeso. A independência, portanto, foi apenas o início de uma nova fase de conflitos, marcada pela instabilidade, fragmentação e ausência de um pacto social capaz de apaziguar a complexidade étnica e cultural do país.

Ao longo da década de 1950, o país enfrentou uma série de conflitos armados de grupos comunistas e étnicos que reivindicavam por mais autonomia. Esse caos abriu espaço para a ascensão militar entrar como uma instituição salvadora da pátria. Em 1962, o general Ne Win liderou um golpe militar que derrubou o governo civil e instaurou um regime autoritário sob o discurso de restaurar a ordem e preservar a integridade territorial. Seu governo instituiu o chamado “Caminho Birmanês para o Socialismo”, que, na prática, isolou o país economicamente, suprimiu liberdades civis e intensificou a perseguição a grupos étnicos considerados ameaça à unidade nacional, como os karen, kachin, chin e rohingya. As forças armadas passaram a ser não só um poder político, mas também uma ideologia nacional do país ser formado pela etnia Bamar e Budista. Segundo Simões (2015 p.2):

Com a liderança militar instalada no país, o nome do país foi alterado para Mianmar e a situação das minorias passou a ser caótica. As minorias foram reprimidas, sendo vítimas de genocídio e limpeza étnica. Reprimindo também a democracia, estas minorias encontraram-se sem amparo, fomentando conflitos com o governo através guerrilhas em prol da democracia e o desejo de resistência por grande parte da população, além de imigração para outros países para tentar fugir da calamidade em que se encontrava o território.

As profundas divisões étnicas e religiosas presentes no Mianmar foram historicamente negligenciadas por regimes que buscavam consolidar o poder por meio de uma identidade nacional homogênea, centrada na etnia Bamar e na religião Budista. Essa exclusão sistemática das minorias, associada à repressão e à negação de direitos fundamentais, impediu a construção de um pacto social verdadeiramente inclusivo. O Estado Nação que se formou ao longo das décadas, longe de promover integração, se apoiou na centralização autoritária dos militares, e na marginalização de dezenas de povos que compõem a diversidade do território. O resultado disso é um cenário de constante instabilidade, onde a desconfiança entre os grupos étnico-religiosos e o protagonismo das Forças Armadas dificultam qualquer tentativa de reconciliação nacional.

3. DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA À GUERRA CIVIL: 2010-2021

O processo de transição democrática de Mianmar, iniciado em 2010, foi celebrado como um marco após décadas de regime militar, entretanto, essa abertura foi proposital, seguindo a Constituição de 2008, que ainda priorizava os militares, sendo uma parcela substancial do poder político. Essa Constituição garante, entre outros mecanismos, 25% dos assentos parlamentares reservados aos militares, o controle de três ministérios fundamentais, o da Defesa, o Interior e o de Assuntos Fronteiriços, e um poder de veto sobre reformas constitucionais. Dessa forma, a suposta transição tinha limites estruturais claros e mantinha o protagonismo militar no centro do Estado, porém com uma maquiagem democrática, que futuramente seria desmascarada pela vitória democrática da Liga Nacional para a Democracia. Segundo Huang (2016, p.2):

A Liga Nacional para a Democracia (NLD) conquistou 77% dos assentos elegíveis no bicameral Pyidaungsu Hluttaw (Parlamento Nacional), o que representa uma maioria de 59% no Parlamento Nacional, após considerar os 25% dos assentos parlamentares reservados para os militares, conforme estipulado pela Constituição de 2008.

As eleições de 2010 representaram o início de uma era democrática, mas foram realizadas em um ambiente totalmente controlado, e foram vencidas pelo partido pró-militares, a União para Solidariedade e Desenvolvimento (USDP). Porém, o regime se mostrou mais flexível, com medidas de liberalização parcial como, abertura econômica, maior liberdade à imprensa e a libertação de parte dos presos políticos. Essas reformas buscavam sinalizar uma mudança ao mundo externo, mas não alteraram a essência do poder militarizado, concentrado no Tatmadaw. A partir de 2012, a legalização de partidos de oposição e a participação da Liga Nacional para a Democracia (NLD), liderada por Aung San Suu Kyi, aumentaram a expectativa popular por uma democratização real. Segundo Lidauer (2012 p.3):

Para surpresa de muitos, o novo governo do presidente Thein Sein lançou um processo de reforma sem precedentes. Entre suas medidas mais visíveis, começou a se distanciar economicamente da China, reconheceu e posteriormente libertou centenas de presos políticos, estabeleceu uma comissão de direitos humanos

Nas eleições de 2015, a Liga Nacional para a Democracia conquistou uma vitória incrível, e recebeu apoio de diferentes grupos étnicos. A vitória foi interpretada como uma chave de virada no processo de democratização, com a esperança de que o país caminhará para o fim do regime militar. No entanto, como Suu Kyi não podia assumir a presidência devido a uma cláusula constitucional que proibia candidatos com familiares estrangeiros, foi criada a figura de conselheira de Estado, que na prática seria de grande poder político. Apesar disso, a NLD enfrentava restrições claras, pois como a Constituição de 2008 limitava seu alcance, os militares seguiam exercendo papel decisivo tanto no Parlamento quanto na administração pública e na economia. Segundo Huang (2016 p.11):

No total, a Liga Nacional para a Democracia conquistou 886 assentos, enquanto o USDP obteve 116. Isso corresponde a aproximadamente 77% de todos os assentos em disputa para a NLD, ao passo que o USDP viu sua representação cair de 79% nas eleições de 2010 para cerca de 10% em 2015

A partir de 2016, Mianmar vivenciou uma das crises mais graves de sua história recente, que foram os conflitos entre os grupos étnicos Rakhine, e o grupo minoritário da etnia muçulmana Rohingya. Em agosto de 2017, após ataques, o Exército lançou operações de larga escala contra os vilarejos Rohingya. O atrito resultou em massacres, violência sexual, destruição de comunidades inteiras e o deslocamento forçado de cerca de 700 a 750 mil pessoas para Bangladesh em poucas semanas. Diversos relatórios da ONU qualificaram essas ações como crimes contra a humanidade, e em alguns casos, genocídio. A crise manchou a imagem internacional de Aung San Suu Kyi, que foi criticada por defender publicamente o Exército em foros internacionais, revelando as contradições da “transição democrática” e o peso dos militares na vida política. Segundo Lee (2019 p.13):

No caso de Mianmar, as consequências do uso da mídia estatal pelas autoridades para securitizar a situação no Estado de Rakhine estão sendo sentidas intensamente em toda a região — mais de 700.000 refugiados rohingya fugiram de Mianmar para Bangladesh.

Nos anos seguintes, a Liga Nacional para a Democracia seguiu no governo, mas sem obter avanço em questões estruturais do país, como descentralização política, autonomia das minorias étnicas e redução da influência militar. Ao contrário do que esperado, durante a governança, os conflitos com grupos étnicos armados se

intensificaram ainda mais, em algumas regiões, ao mesmo tempo em que a economia enfrentava grandes desafios, decorrente da pandemia que agravou esse quadro, pressionando ainda mais a população e fragilizando as capacidades estatais.

Em 2020, as eleições de novembro reabriram a porta ao debate democrático. A NLD novamente venceu, ampliando sua maioria parlamentar, enquanto o partido militar USDP saiu enfraquecido. Porém os generais alegaram fraude eleitoral, sem apresentar provas concretas, e em 1º de fevereiro de 2021, no dia em que a NLD deveria assumir, os militares deram um golpe de Estado, prendendo Aung San Suu Kyi e outras lideranças do partido, declararam estado de emergência e instituindo o general Min Aung Hlaing como liderança. Segundo Salgado (2022, p.7):

A oposição afirma que as eleições teriam sido fraudadas, apesar de observadores locais e internacionais³ afirmarem que não houve grandes irregularidades nas votações (KIPGEN, 2021). A junta militar que promoveu o golpe, oficialmente denominada de Conselho de Administração do Estado (State Administration Council — SAC), colocou o general sênior Min Aung Hlaing no poder.

O golpe militar provocou uma onda de indignação e mobilização popular. Milhares de pessoas foram às ruas protestar, e houve um movimento de desobediência civil que mobilizou servidores públicos, profissionais de saúde, professores e trabalhadores de diversos setores. A repressão foi extremamente violenta, em que as forças utilizaram armas contra a população que se manifestasse, realizou prisões em massa e perseguiram jornalistas e ativistas. Relatórios da ONU e organizações independentes estimam milhares de mortos e dezenas de milhares de detidos nos meses seguintes. Segundo Salgado (2022, p.8):

Desde o golpe, estima-se que mais de 10.000 opositores políticos tenham sido presos, mais de 1.700 pessoas assassinadas, e cerca de 990 sentenciadas, conforme dados da Associação de Assistência para Prisioneiros Políticos (Assistant Association for Political Prisoners — AAPP)⁴

Diante da brutalidade da repressão, setores da oposição passaram a organizar formas de resistência armada, em que em abril de 2021, membros do Parlamento e ativistas criaram o Governo de Unidade Nacional (NUG), que passou a atuar como um governo paralelo. Pouco depois, foi fundada a Força de Defesa do Povo (PDF), braço armado ligado ao NUG, em que aliadas a diversos grupos étnicos que já combatiam o Estado havia décadas, a resistência civil enfatizou a escala do conflito interno.

Desde então, Mianmar mergulhou em uma guerra civil envolvendo as forças militares e as organizações étnicas armadas. O conflito se espalhou por boa parte do território, afetando não apenas áreas periféricas, mas também centros urbanos e regiões economicamente estratégicas. Estima-se que, até 2024, mais de 2 milhões de pessoas foram deslocadas internamente, além de centenas de milhares que buscaram refúgio em países vizinhos. O Exército passou a adotar bombardeios aéreos e ataques, em que a violência resultou em destruição de aldeias, assassinatos de civis, colapso de serviços básicos e uma grave crise humanitária. Segundo Khai (2023, p.2):

No final de dezembro de 2020, aproximadamente 505.000 pessoas da população do país tinham o estatuto de PDI. Além disso, o conflito armado em curso entre forças militares e civis anti-golpe, grupos armados étnicos e desastres naturais deslocou mais de 1,9 milhões de pessoas em Mianmar após o golpe militar de fevereiro de 2021.

A comunidade internacional reagiu ao golpe militar e o escalonamento da guerra civil com condenações, sanções e iniciativas diplomáticas, mas os resultados foram limitados. A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), comprometida com a não intervenção, mostrou-se incapaz de conter a violência ou negociar uma solução efetiva. Em contrapartida, lideranças geopolíticas de grandes potências no Conselho de Segurança da ONU impediram medidas mais duras contra a junta. Enquanto isso, a população civil continua a pagar o preço do conflito, que já dura mais de quatro anos sem perspectivas claras de resolução. A trajetória da “transição democrática” no Mianmar evidencia como um processo incompleto e moldado para preservar interesses militares pode resultar uma não consolidação, mas em colapso democrático.

4. CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO ARMADO

A guerra civil do Mianmar, teve como uma de suas consequências mais marcantes, uma crise econômica, em que com o golpe militar mais a pandemia, houve uma queda enorme na economia, e quase metade da população acabou empobrecendo. Hoje em dia, Mianmar é um dos países mais pobres do mundo, tendo parte de sua população que é de extrema pobreza, vivendo com cerca de 76 centavos de dólares por dia. Exatamente como diz a autora do artigo Golpe militar em Mianmar e os conflito étnico-religiosos, Salgado (2022, p.11):

Os resultados indicavam que, no início de 2022, quase metade da população de 55 milhões de pessoas em Mianmar viveria abaixo da linha de pobreza¹⁶ (UNDP, 2021a). A pesquisa confirma as projeções realizadas em relatório¹⁷ do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em abril de 2021, e que indicava a vulnerabilidade da população de Mianmar em cair na pobreza diante de choques negativos na economia do país.

A consequência econômica é a de maior impacto, porém ela carrega conjunto uma série de consequências que contribuíram com a situação do país, como os impactos sociais decorrentes das perseguições étnicas e religiosas, já que a minoria se viu em perigo e quem conseguiu fugiu. Outro fator de extrema importância a se levar em consideração é o governo autoritário que toma as decisões sem dar voz à vontade da população. Um outro problema muito sério que o país enfrenta, que é uma consequência da crise econômica é o tráfico humano. Todos esses aspectos são atos que geraram consequências negativas ao país, trazendo consigo uma reflexão sobre como em pleno 2025 ainda existem lugares em que a ditadura é algo comum e a democracia é um empecilho.

Os ataques promovidos pelas forças militares acabaram com todo o país, em que essas ações resultaram na destruição de aldeias inteiras, assassinatos de civis, além de comprometerem serviços básicos, como hospitais, escolas e sistemas de abastecimento de água. O cenário contribuiu para a proliferação da fome e da desnutrição, que hoje ameaça especialmente crianças em áreas de conflito. A crise alimentar se agravou ainda mais devido ao aumento dos preços de alimentos básicos

na grade nutricional, como o arroz, colocando uma enorme parcela da população em risco iminente de fome. Segundo Maksum, Widodo e Mubarak (2024, p.2):

Uma das principais preocupações é a deterioração da segurança alimentar, resultante de sistemas agrícolas interrompidos, cadeias de abastecimento comprometidas e o deslocamento generalizado de populações [15]. Em áreas de conflito, os campos agrícolas frequentemente sofrem com a devastação de colheitas, perda de gado por morte ou roubo e destruição de infraestruturas vitais, como redes de irrigação e instalações de armazenamento.

A agricultura, setor historicamente central na economia do país, também foi fortemente impactada. Mesmo com uma relativa resiliência do setor de exportações de arroz e feijão, os pequenos agricultores enfrentaram enormes dificuldades em manter a produção, diante da violência generalizada, da escassez de materiais, de capital e da ausência de estabilidade territorial. Esse quadro evidencia a contradição de uma economia agrícola que, em algumas estatísticas, mostra crescimento, mas que, na prática, não é capaz de sustentar a segurança alimentar da população local.

Outra consequência grave do conflito armado é o fortalecimento de práticas criminosas, como o tráfico humano. Diante de um contexto em que historicamente as minorias étnicas são marginalizadas no Mianmar, elas acabam se tornando ainda mais vulneráveis nesse contexto de guerra. Mulheres e crianças de comunidades deslocadas foram alvos frequentes de redes de tráfico, muitas vezes enganadas com promessas de trabalho em países vizinhos, mas submetidas a aplicar golpes exploração sexual, e no pior dos casos, tem seus órgãos extraídos. Outro caso que se tornou extremamente conhecido ao redor do mundo, é o KK Park, uma fábrica de fraudes localizada na fronteira do Mianmar com a Tailândia, e durante a fuga do país em guerra, o local acaba sendo propício a armadilhas para tráfico. O KK Park ganhou bastante atenção pois sua rede de alcance foi para países fora do continente asiático, como por exemplo no Brasil, em que as pessoas recebem propostas de emprego na Tailândia, e após chegarem no aeroporto são levadas e aprisionadas na fábrica, que os obriga a cometer golpes virtuais. Esse fenômeno revela como o conflito não apenas causa violência direta, mas também cria um terreno fértil para a expansão de crimes transnacionais.

O golpe não apenas interrompeu a transição democrática iniciada em 2010, como também reforçou um regime autoritário que governa sem qualquer participação popular. A repressão às manifestações, as prisões arbitrárias e a censura à imprensa

consolidaram um clima de medo e insegurança, no qual os cidadãos não têm espaço para reivindicar direitos ou expor críticas. Essa realidade tirou a confiança da sociedade na possibilidade de um futuro democrático, ao mesmo tempo em que aumentou a legitimidade dos grupos étnicos armados, que passaram a ser vistos por parte da população como uma forma de resistência ao autoritarismo.

O impacto internacional da crise não pode ser desconsiderado. A instabilidade em Mianmar gerou repercussões diretas em países vizinhos, como o fluxo constante de refugiados para Bangladesh, Índia e Tailândia. Além disso, a guerra afetou cadeias produtivas regionais, especialmente no comércio terrestre e no fornecimento de energia, dado que oleodutos e gasodutos passam pelo território de Mianmar. Segundo Yang, Yin, Lei e Cun (2016, p.1):

O projeto do oleoduto e gasoduto China-Mianmar tem sido benéfico para ambos os países, mas ainda encontrou considerável resistência. A cooperação entre China e Mianmar também depende de outras potências envolvidas em Mianmar, o que cria novos desafios para a China. Mais especificamente, a cooperação com a China já foi prejudicada por conflitos étnicos em Mianmar, o que sempre representa o risco de adiamento dos projetos em construção.

De forma geral, as consequências da guerra civil no Mianmar são múltiplas e interconectadas, desde o colapso econômico, empobrecimento em massa, deslocamentos internos e externos, fome, violência contra civis, ao tráfico humano, repressão política e instabilidade regional. Esse conjunto de fatores revela como a guerra ultrapassa o campo militar, atingindo todas as dimensões da vida social e deixando marcas profundas que dificilmente serão superadas a curto prazo. Mais do que um conflito armado, trata-se de uma tragédia humanitária e política que redefine o presente e ameaça o futuro do país.

5. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos da Guerra Civil de 2021 no Mianmar permite compreender como o país se tornou um símbolo contemporâneo da persistência de regimes autoritários e da fragilidade das instituições democráticas em um contexto marcado por disputas étnicas e desigualdades históricas. O conflito atual, longe de ser um evento isolado, representa o auge de décadas de tensões acumuladas desde a independência, em 1948, e expõe as profundas contradições de um Estado que jamais conseguiu consolidar um ideal de nacionalismo verdadeiro. As causas estruturais que deram origem à guerra foram a exclusão das minorias étnicas, o protagonismo militar e a ausência de mecanismos democráticos sólidos, e criaram as condições para um colapso político e humanitário sem precedentes no país.

O golpe militar nas eleições de fevereiro de 2021, foi o estopim de uma crise que já vinha se encaminhando desde o início da transição democrática em 2010. Apesar da aparência de abertura política, a Constituição de 2008 manteve intactos os privilégios e o controle do exército sobre as principais instâncias do poder. Esse modelo de governo, que misturava elementos democráticos e autoritários, funcionou apenas como uma fachada para dar continuidade à influência militar. Quando o resultado eleitoral de 2020 ameaçou esse domínio, os generais reagiram com a tomada violenta do poder, derrubando o governo civil e instaurando um novo regime ditatorial. Essa ruptura não apenas destruiu as estruturas democráticas, como também mergulhou o país em um ciclo de violência e instabilidade que rapidamente assumiu proporções de uma guerra civil.

O retorno do regime militar implicou na liberdade dos civis, na prisão de lideranças políticas e na repressão de qualquer oposição. O Estado passou a ser controlado integralmente pelo Conselho de Administração do Estado, liderado pelo general Min Aung Hlaing, que empregou a violência como instrumento de controle. Milhares de civis foram assassinados ou presos, e manifestações pacíficas foram tratadas como crimes contra a segurança nacional. Essa repressão brutal gerou um movimento de resistência civil com a formação do Governo de Unidade Nacional e da Força de Defesa do Povo, que passaram a enfrentar o exército em diferentes regiões do país. O resultado foi um conflito interno generalizado, no qual as fronteiras entre

civis e combatentes se tornaram cada vez mais tênues, e a população passou a ser a principal vítima da violência.

As perseguições étnicas e religiosas, que já eram recorrentes na história do país, se intensificaram após o golpe, com povos como Rohingya, Kachin, Karen e Chin continuando sendo alvo de operações militares, deslocamentos forçados e violações dos direitos humanos. Milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas, criando uma das maiores crises de refugiados da Ásia desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, com os ataques, a destruição de infraestruturas como hospitais, escolas e sistemas de abastecimento de água, agravou ainda mais a situação humanitária, levando milhões de pessoas à fome, à falta de acesso à saúde e à desnutrição. O aumento dos índices de miséria e o colapso dos serviços públicos transformaram o país em um território de sofrimento, em que as condições mínimas de sobrevivência são constantemente ameaçadas.

No âmbito econômico, a guerra civil representou um retrocesso histórico, pois o golpe militar de 2021 e a pandemia da COVID-19 provocaram uma queda brusca no PIB, a desvalorização da moeda nacional e a fuga de investimentos estrangeiros, levando metade da população a viver abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com menos de um dólar por dia. A crise econômica também alimentou novas formas de exploração, como o aumento do tráfico humano e de redes criminosas que se aproveitam da vulnerabilidade social para recrutar vítimas. Um exemplo emblemático é o crescimento das fábricas de fraudes em regiões de fronteira, como o KK Park, onde milhares de pessoas são enganadas com falsas promessas de emprego e acabam submetidas a condições análogas à escravidão e até tem seus órgãos extraídos ilegalmente.

Do ponto de vista geopolítico, o conflito no Mianmar também demonstra a ineficiência das instituições internacionais como a ONU e a Associação de Nações do Sudeste Asiático, diante de crises internas em países de menor influência global. Apesar das denúncias de violações de direitos humanos e da imposição de sanções por parte de potências ocidentais, os militares continuam governando sem restrições. Mianmar, portanto, se tornou mais um exemplo de como as relações internacionais ainda são fortemente moldadas por interesses econômicos e estratégicos, e não por princípios universais de justiça e democracia.

Dessa forma, ao responder à questão central “Quais os impactos da Guerra Civil de 2021 para Mianmar?” É possível afirmar que eles se manifestam de maneira ampla em que o país enfrenta um colapso de suas instituições políticas, o agravamento das desigualdades sociais, a destruição de sua economia e a intensificação das divisões étnico religiosas. O conflito atual é resultado de uma longa trajetória de autoritarismo, exclusão e ausência de reconciliação nacional em que seus efeitos extrapolam as fronteiras do país, representando um alerta sobre os perigos da manipulação militar, do poder e da fragilidade das democracias em contextos de instabilidade social, como já ocorrido em países como Alemanha que enfrentou o regime Nazista de 1933 a 1945 e Brasil que passou pela Ditadura Civil Militar de 1964 a 1985.

Contudo, compreender os impactos da Guerra Civil de Mianmar é reconhecer que o país vive uma das maiores crises humanitárias e políticas do século 21, e que a luta da população por liberdade e justiça é também uma luta universal pela preservação dos valores democráticos e dos direitos humanos. Enquanto o silêncio da comunidade internacional persiste e a violência continua a moldar o cotidiano de milhões de pessoas, Mianmar permanece como uma espinha incômoda do mundo contemporâneo, que está inflamada e arde como um lembrete de que a paz e a democracia não são conquistas permanentes, mas processos frágeis que exigem compromisso coletivo e respeito dos pilares fundamentais democráticos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUANG, Roger Lee. Myanmar's way to democracy and the limits of the 2015 elections. *Asian Journal of Political Science*, Hong Kong, 2016. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/108900050/02185377.2016.124515420231213-1-ibrstr-libre.pdf?1702479419=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMyanmar s way to democracy and the limit.pdf&Expires=1757269767&Signature=E-uutSCORLX-EDCHGczufbZmFw6Ff8Eqw9sA4AME2N6HZREYjUYcNYmY0dLNTnkrmjqqhKASH9K136VFSUX-f1P3hj-nhmC~4v2tOQ8SrKO96RAv3hjapQ8O2u~xGcpYzQGZ27ywlfr3xl~7CnNZ6RFVOp uS~5i2HKNIv3NI3PR4QxgiYrZrzElvnfUwVD2EQZ0cYvXb5X1rKXaKklsZ1NhQY~l~nLdd6lajJcW890EIVQy5fHx3XwC3udV8FetTsGzuIPVj11ECLzznfsCNNR9j~9Z8dUQip5z~g76hU5NoLsb6pv8HfmE2ZaM4dkxS27wWSxxhVPLCQ7f40S3HA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/108900050/02185377.2016.124515420231213-1-ibrstr-libre.pdf?1702479419=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMyanmar+s+way+to+democracy+and+the+limit.pdf&Expires=1757269767&Signature=E-uutSCORLX-EDCHGczufbZmFw6Ff8Eqw9sA4AME2N6HZREYjUYcNYmY0dLNTnkrmjqqhKASH9K136VFSUX-f1P3hj-nhmC~4v2tOQ8SrKO96RAv3hjapQ8O2u~xGcpYzQGZ27ywlfr3xl~7CnNZ6RFVOp uS~5i2HKNIv3NI3PR4QxgiYrZrzElvnfUwVD2EQZ0cYvXb5X1rKXaKklsZ1NhQY~l~nLdd6lajJcW890EIVQy5fHx3XwC3udV8FetTsGzuIPVj11ECLzznfsCNNR9j~9Z8dUQip5z~g76hU5NoLsb6pv8HfmE2ZaM4dkxS27wWSxxhVPLCQ7f40S3HA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA) Acesso em: 7 de setembro

KHAI, Tual Saw. Vulnerability to health and well-being of internally displaced persons (IDPs) in Myanmar post-military coup and COVID-19. *Archives of Public Health*, Hong Kong, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1186/s13690-023-01204-1.pdf> Acesso em: 7 de setembro

LEE, Ronan. Extreme Speech in Myanmar: The Role of State Media in the Rohingya Forced Migration Crisis. *International Journal of Communication*. London, 2019. Disponível em: <https://qmro.qmul.ac.uk/xmlui/bitstream/handle/123456789/60758/Lee%20Extreme%20Speech%20in%20Myanmar:%20The%20Role%20of%20State%20Media%20in%20the%20Rohingya%20Forced%20Migration%20Crisis%202019%20Accepted.pdf?sequence=2> Acesso em: 7 de setembro

LIDAUER, Michael. Democratic Dawn? Civil Society and Elections in Myanmar 2010–2012, in: *Journal of Current Southeast Asian Affair*. Hamburg, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/186810341203100204> Acesso em: 7 de setembro

MAPA MUNDI. Estudo Mianmar / Birmânia. Disponível em: <https://mapamundi.org.br/2019/estudo-myanmar-birmania/> Acesso em: 7 de setembro

MAKSUM Ali, WIDODO Risky e MUBARAK Nanang. Does conflict influence the agriculture sector? Evidence from Myanmar's Civil War. *EDP Sciences*. Indonesia 2024. Disponível em: https://www.e3s-conferences.org/articles/e3sconf/pdf/2024/125/e3sconf_iconard2024_04003.pdf Acesso em 7 de setembro

NOBRE, Fábio. Religião e violência em conflitos intratáveis: A radicalização do Budismo em Mianmar. In: *Anais do CEPRIR – Congresso de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais*, Belo Horizonte 2017. Disponível em:

https://ceprir.org/wp-content/uploads/2017/12/anais_abri_fabio_nobre.pdf. Acesso em: 7 de setembro

RIBEIRO, Erik. A Birmânia até 1950. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71701/000879305.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 de setembro

SALGADO, Vitória. Golpe militar em Mianmar e os conflitos étnico-religiosos. *Observatório de conflitos*. São Paulo, 2022. Disponível em: [Dossie-Obs.-Conflitos-v3-n1-2022-FINAL.pdf](#) Acesso em: 7 de setembro

SILVA, Laurita Isabel Alexandre. *Considerações acerca das convenções sobre apatridia como solução para a crise dos refugiados: O êxodo em massa dos Rohingya*. Monografia de graduação. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/14474/1/LAURITA%20ISABEL%20ALEXANDRE%20SILVA%20-%20TCC%20DIREITO%202018.pdf> . Acesso em: 7 de setembro

YANG Yang, YIN Zhiyi, LEI Sen e CUN Xiaohong. Impacts to Myanmar with China-Myanmar Oil and Gas Pipeline Project. *Atlantis Press*. Kunming 2016. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/isbcd-16/25862069> Acesso em: 7 de setembro